

ARTIGOS

Paulo Delgado¹

O ESTUDO DE CASO NA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA: DO DESENHO À APLICAÇÃO

THE CASE STUDY IN QUALITATIVE RESEARCH IN EDUCATION: FROM DESIGN TO APPLICATION

RESUMO:

Investigar contextos educativos que têm um forte componente organizativo e institucional implica prestar atenção à sua trajetória histórica e aos relacionamentos que se estabelecem entre as pessoas que neles convivem. As metodologias qualitativas de investigação oferecem possibilidades de estudar um fenómeno no seu contexto real, favorecem a utilização de diversas fontes de informação e a aplicação de mecanismos de triangulação e contraste que permitem fazer emergir interpretações e padrões de outro modo inacessíveis.

O estudo de caso (EC) proporciona informação sobre os comportamentos e valores que caracterizam o contexto investigado. Sendo assim, não é sua pretensão procurar explicações causais, utilizar grandes amostras, nem realizar complexas análises estatísticas, mas sim analisar com rigor científico os acontecimentos que têm lugar num contexto social dinâmico, o que pode incluir um conjunto de decisões, indivíduos, organizações, processos, programas, bairros, instituições ou eventos.

Neste trabalho enunciam-se as características do EC, enquanto metodologia de investigação qualitativa, as suas tipologias, e a planificação da sua aplicação. De seguida, caracteriza-se a sua utilização no estudo do programa de Acolhimento familiar no distrito do Porto, em Portugal, uma medida de proteção das crianças e jovens em perigo que são retirados das suas famílias de origem e colocados a viver com outras famílias, com as quais não têm laços de parentesco. Descreveremos o seu desenho, a metodologia adotada, o trabalho de campo, e apresentaremos alguns dos principais resultados obtidos.

PALAVRAS CHAVE: Investigação Qualitativa; Estudo de Caso; Acolhimento Familiar

ABSTRACT:

Investigating educational contexts that have a strong organizational and institutional component means paying attention to their historical trajectory and to the relationships that are established among the people who live in them. Qualitative research methodologies offer possibilities to study a phenomenon in its real context, favor the use of diverse sources of information and the application of mechanisms of triangulation and contrast that allow to emerge interpretations and otherwise inaccessible patterns.

The case study (EC) provides information on the behaviors and values that characterize the context investigated. Thus, it is not his intention to seek causal explanations, to use large samples, or to perform complex statistical analyzes, but rather to analyze with scientific rigor the events that take place in a dynamic social context, which may include a set of decisions, individuals, organizations, processes, programs, neighborhoods, institutions or events.

This work presents the characteristics of the EC, as qualitative research methodology, its typologies, and the planning of its application. Afterwards, we described their use in a study about of Foster Care, a way to protect children and young people in danger who are in out-of-home care, living in foster families, with which they have no kinship ties, in Porto district, Portugal. We will describe its design, the methodology adopted, the fieldwork, and present some of the main results obtained.

KEY-WORDS: Qualitative Research; Case Study; Foster Care

¹ inED - Centro de Investigação e Inovação em Educação, Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, Portugal
pdelgado@ese.ipp.pt,  <http://orcid.org/0000-0001-6977-8214>

1. ESTUDO DE CASO: CARACTERÍSTICAS, PROBLEMAS E QUESTÕES DA INVESTIGAÇÃO

Desde o ponto de vista metodológico, o EC traduz-se numa análise exaustiva de um contexto social, num período de tempo delimitado e num contexto sociocultural e geográfico também definido pelo contexto da investigação. Em Educação, este objeto de análise pode ser um indivíduo, um grupo, um programa, uma instituição, como uma escola ou um centro de acolhimento residencial, ou uma comunidade, como uma cidade ou profissão (GILLHAM, 2000). Pode ainda ser um conjunto de ações, comportamentos, ambientes, incidentes e acontecimentos (COUTINHO & CHAVES, 2002).

O EC é deste modo um caminho a seguir para chegar ao conhecimento; são as atividades e procedimentos ordenados, sistemáticos e críticos, dotados de um sentido próprio a partir de um enquadramento teórico, onde se situam as preposições sobre como abordar o problema de investigação. A sua vantagem distinta remete, segundo Yin (2001, p.28), para perguntas de partida que se debruçam sobre o “«como» ou «porquê» de um conjunto contemporâneo de acontecimentos, sobre o qual o investigador tem pouco ou nenhum controlo”.

Reativamente ao procedimento é importante aclarar que não se trata de seguir teorias predefinidas mas procurar compreender em profundidade a realidade complexa sobre que incide o EC. A compreensão do contexto em estudo gera a necessidade permanente de rever o quadro teórico e as explicações que melhor se aplicam ao caso (MESQUITA & MATOS, 2014).

O EC está fortemente associado à metodologia qualitativa porque utiliza métodos “naturalistas, descritivos, sensíveis, interpretativos, hermeneúticos ou ideográficos, para distingui-lo do enfoque abstrato, quantitativo e normativo dos métodos psicoestatísticos que reduzem a observação a índices” (STEMHOUSE, 1985, p.391). Todavia, os EC não excluem o uso de

procedimentos quantitativos, ainda que com uma finalidade descritiva e, por tanto, utilizam os dados e índices como mais um recurso no processo de investigação.

Na perspetiva de Bolívar, Domingo e Fernández (2001), o estudo de caso define-se no modo como se centra em casos individuais, e não pelo método de investigação que emprega. Desde esta perspetiva, não constitui um método de investigação, nem uma técnica concreta, sendo mais uma estratégia de investigação (CARIDE E MEIRA, 1995), que circunscreve o campo ou objeto onde vai decorrer a investigação, que tanto pode assumir uma forma quantitativa como qualitativa, ou uma combinação das duas. Yin (2001) define precisamente o EC como uma estratégia de pesquisa abrangente, recusando definições que o circunscrevam a uma técnica de recolha de dados ou a uma mera característica do planeamento da investigação. Para Stake (1998), é o estudo da particularidade e da complexidade de um caso singular, para chegar à compreensão da sua actividade. Na perspetiva de Merriam (1998, p.13), o EC qualitativo é “uma descrição intensa, holística, bem como uma análise de um fenómeno limitado, como um programa, uma instituição, uma pessoa, um processo ou uma unidade social”.

O EC corresponde pelo exposto “a um modo de análise intensiva de uma situação particular”, que permite “a recolha de informação diversificada a respeito da situação em análise, viabilizando o seu conhecimento e caracterização” (PARDAL & LOPES, 2011, p.33).

Tradicionalmente, o EC integra-se na investigação clínica aplicada na medicina. Na Educação Especial recorre-se igualmente a esta abordagem, com finalidades formativas, utilizando-se o EC como estratégia didáctica (MARTINS, DIAS & CARVALHO, 2014), sucedendo o mesmo em outras disciplinas como o Direito ou a Gestão (MATOS, MESQUITA, BAPTISTA & MACHADO, 2016). A unidade singular escolhida pode assim ser estudada de diversas formas, com diferentes contextos científicos de fundo e recorrer a diferentes técnicas de recolha de dados.

Segundo Stake (1998, p.11), o EC procura “o detalhe da interação com os seus contextos”. O comportamento é parcialmente determinado pelo seu contexto (GILLHAM, 2000). Logo, se o objetivo é compreender a vida real das pessoas, é necessário estudar o seu comportamento no dia-a-dia, o que situa o EC no âmbito da investigação ecológico-social. Esta perspetiva descreve a relação entre o ambiente e o desenvolvimento humano, sublinhando o modo como o espaço ecológico-social em o que o indivíduo está imerso influi no seu trajecto, condicionando-o ou potenciando-o, por meio das interações que nele se estabelecem e restabelecem (BRONFENBRENNER, 1996; 2005).

Ancorada na teoria sistémica, a perspetiva ecológica reconhece a interdependência e a interrelação entre os diferentes níveis ambientais e os componentes que o integram. Um sistema ecológico caracteriza-se pela reciprocidade entre as suas partes, pelo facto da mudança numa delas poder afetar o todo, por ser uma estrutura flexível e adaptativa que tende para o equilíbrio e se prolonga no tempo, orientando a abertura ou fecho das suas fronteiras para os restantes sistemas ou sub-sistemas (PAYNE, 2005). Trata-se, no fundo, de partir do princípio que os comportamentos de um indivíduo se devem compreender não só por aquilo que ele é, ou pelo seu desenvolvimento ontogénico, mas também ponderando as inúmeras relações que estabelece, num intercâmbio contínuo, com os diferentes ambientes ou níveis ecológicos em que está imerso, que condicionam, reduzindo ou aumentando, o grau de concretização do seu potencial genético (BRONFENBRENNER, 1996).

A validade e o rigor científico do EC são asseguradas, segundo Yin (2001), por intermédio da intensidade da análise do fenómeno, pela diversidade das observações, pelo recurso a diversos tipos de triangulação e pela fundamentação das explicações propostas. Entre as suas principais vantagens, Fortin (1999) refere a informação detalhada, a análise completa que produz e que permite verificar as relações de interdependência entre as variáveis presentes e

construir explicações de novos fenómenos. Sobre as limitações a mesma autora refere a impossibilidade de generalização a outras populações ou situações assim como a probabilidade dos dados serem incompletos ou dificilmente comparáveis. Yin (2001, p.29) contrapõe todavia que os EC podem-se generalizar a proposições teóricas e não a populações ou universos. O EC não representa deste modo “uma amostragem”, e o objetivo do investigador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística)”.

2. TIPOLOGIAS DO ESTUDO DE CASO

Segundo Bogdan e Biklen (1994), escolher o contexto pode incidir sobre uma situação típica (o representativa), quando reúne traços idênticos à maioria das situações do mesmo tipo, ou sobre uma situação atípica (tratando-se de um caso excecional). O caso é “algo específico, algo complexo, em funcionamento”, o que significa que uma escola pode ser objeto de um estudo de caso, mas não a análise da política de uma reforma educativa (STAKE, 1998, p.16).

O particular constitui um caminho para o geral, pois a par das suas particularidades, encontraremos a descrição de questões relacionadas com outros casos. A natureza própria do observado integra-se, necessariamente, na natureza universal. Como sublinha Stake (1998, p.17), a investigação neste domínio não reflete a lógica da constituição da amostra. De facto, “o objetivo primordial do estudo de caso não é a compreensão de outros. A primeira obrigação é compreender este caso” nas suas particularidades e unicidade”. Naturalmente que essa compreensão assenta no conhecimento das diferenças e das semelhanças que aquele caso tem em relação a outros de que se diferencia, “mas a finalidade primeira é a compreensão deste último” (STAKE, 1998, p.20).

A partir da análise da obra de Stake, Duarte (2008, p.9) conclui precisamente que, na seção de

casos a estudar, face às perguntas de pesquisa, o importante é “escolher casos que possam ajudar na procura de respostas aos problemas em estudo, mas também alguns casos sem essas características para testar a representatividade dos casos selecionados”.

Bogdan e Biklen (1994), por sua vez, denominam o estudo com mais de um caso como EC múltiplos, que consiste no estudo de dois ou mais assuntos, ambientes ou bases de dados. Por exemplo, estudar um grupo de várias escolas ou duas profissões diferentes (GUILLHAM, 2000).

Entre os casos múltiplos incluem-se vários subgrupos, concretamente os EC que servem como o primeiro de uma série de estudos subsequentes, os EC que compreendem observações menos intensivas e menos extensas em outros contextos, e os EC comparativos, quando os resultados de dois ou mais estudos, em contextos distintos, são comparados e avaliados.

Stake (1998) propõe uma distinção entre o EC intrínseco e o EC instrumental, seguindo como critério a finalidade perseguida. No primeiro tipo, a pessoa que investiga interessa-se por estudar aquele caso, “não porque com o seu estudo aprendemos sobre outros casos ou sobre algum problema general, senão porque necessitamos de aprender sobre esse caso em particular” (STAKE, 1998, p.16).

No segundo tipo, o estudo é um instrumento que, a partir da realidade analisada, pretende alcançar outros objetivos para lá da compreensão do caso concreto. O ponto de partida não é o caso em si, mas antes uma questão ou necessidade que se pode investigar adoptando esta estratégia.

Um terceiro tipo é o estudo colectivo de casos (STAKE, 1998), que implica o estudo de vários casos individuais, para responder à mesma pergunta de partida. Para lá de tempo, exigem à pessoa que investiga uma capacidade suplementar de coordenação, podendo implicar vários investigadores/as. Pode assumir um uso intrínseco ou instrumental.

Yin (2001) distingue o estudo de caso exploratório, descritivo ou explanatório, de acordo com a finalidade da pesquisa. Os primeiros procuram questões ou colocam hipóteses que serão aprofundadas em estudos posteriores. Os descritivos procedem à descrição completa e pormenorizada do caso em estudo e os explanatórios, por seu turno, têm por finalidade compreender as causas que melhor explicam um certo fenómeno (MEIRINHOS & OSÓRIO, 2010).

Yin (2001) propõe duas matrizes básicas para os projetos de estudo de caso, distinguindo o caso único dos casos múltiplos. Cada um subdivide-se em dois tipos, os estudos de casos holísticos e os incorporados. O caso único justifica-se nomeadamente com três fundamentos: é um caso decisivo, que permite testar uma explicação, contribuindo para a construção da teoria; é um caso raro ou extremo, o que justifica a sua documentação e análise; é um caso revelador, que apresenta um fenómeno previamente inacessível à investigação científica, apesar de não ser raro.

O estudo de caso único pode ser incorporado quando envolve mais de uma unidade de análise e abarca uma subunidade ou várias subunidades, como projetos individuais ou unidades de processo, selecionadas através de amostragem ou técnicas de grupo. Pelo contrário, “se o estudo de caso examinasse apenas a natureza global de um programa ou de uma organização, um projeto holístico seria a denominação utilizada” (YIN, 2001, p.64).

O estudo que tem como objeto vários casos individuais, englobando um todo, numa lógica de replicação, denomina-se estudo de casos múltiplos. Esta opção tem igualmente vantagens e desvantagens. Nas primeiras, o mesmo autor referencia a possibilidade de se obterem resultados e conclusões mais convenientes e robustas. Nas desvantagens, o tempo e recursos que exigem ao investigador. O estudo de casos múltiplos pode consistir em casos múltiplos holísticos ou incorporados, de acordo com o fenómeno que está a ser estudado.

3. PLANIFICAÇÃO DO ESTUDO DE CASO: A RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS.

No trabalho de campo, é especialmente relevante a seleção da técnica ou técnicas que vão ser utilizadas na recolha dos dados (HANCOCK & ALGOZZINE, 2017). O EC de matriz qualitativa desenvolve-se basicamente por intermédio da observação participante, da entrevista semi-estruturada ou livre, e dos métodos sociobiográficos, mas a sua especificidade pode aconselhar ou permitir a utilização de outras técnicas ou metodologias de trabalho (THOMAS, 2011). A técnica Delphi ou os grupos de discussão podem constituir uma alternativa à entrevista de formato mais tradicional, o diário de campo, a análise documental e o questionário podem ser complementares relativamente às técnicas principais ou assumir uma maior expressão, de acordo com circunstâncias concretas, de complexa categorização. Yin (2001), por seu turno, identifica seis fontes importantes na recolha de dados no EC, que englobam a documentação, os registos em arquivos, as entrevistas, a observação direta, a observação participante e os artefactos físicos.

A triangulação assume especial relevância, consistindo na “combinação de diferentes métodos, grupos de estudo, emquadramentos de espaço e de tempo, e diferentes perspetivas teóricas, no tratamento de um fenómeno” (FLICK, 2005, p.231). Inicialmente concebida como um processo de validação dos resultados, foi progressivamente utilizada como uma estratégia para completar o conhecimento, na perspetiva do mesmo autor, “melhorando o alcance, a profundidade e a consistência dos procedimentos metodológicos” (FLICK, 2005, p. 232).

Segundo Carmo e Ferreira (1998) a validade resulta da correspondência entre os resultados e a realidade e pode ser assegurada dos seguintes modos:

- Recorrer à triangulação, num ou em varios dos tipos que pode assumir;
- Utilizar uma recolha, reprodução e interpretação rigorosa dos dados, que garanta a sua correspondência ao contexto estudado;
- Realizar uma observação que se prolongue por um longo período de tempo, contínuo ou intercortado;
- Envolver os participantes em todas as fases da investigação;

A fiabilidade traduz a garantia de que os “resultados obtidos seriam idênticos aos que se alcançariam caso o estudo fosse repetido” (CARMO & FERREIRA, 1998, p.218). No EC é importante a descrição da forma como se desenrolou a investigação e das limitações eventualmente associadas no acesso ao contexto em estudo, a apresentação pormenorizada da história do estudo e do itinerário percorrido, com as suas dificuldades, obstáculos e conquistas, que ilustre e dê sentido aos resultados alcançados e aos que se perseguiram e ficaram por alcançar.

Para Merriam (1998), as entrevistas, a observação e a análise documental são as principais técnicas de recolha de dados utilizadas pelos pesquisadores do EC qualitativo. Yazan (2016) sintetiza a abordagem de Merriam para concluir que a autora propõe como estratégias para melhorar a validade interna a triangulação, a revisão por participantes da pesquisa, a observação de longo prazo, o exame dos pares, a pesquisa participante e a divulgação de vieses do investigador; como técnicas para garantir a confiabilidade sugere a explicação do posicionamento do investigador em relação ao estudo, a triangulação e o uso de uma trilha de auditoria; e como técnicas para aumentar a validade externa o uso de descrição densa, a tipicidade ou categorias modais e os projetos multisite.

4. O ESTUDO DE CASO DO ACOLHIMENTO FAMILIAR NO DISTRITO DO PORTO

O EC que vamos descrever decorreu do âmbito de actuação do INED, o Centro de Investigação e Inovação em Educação, da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, e teve como finalidade caracterizar e analisar o acolhimento familiar, uma das medidas de proteção previstas no quadro legal. (DELGADO, 2013). O objetivo essencial das medidas de proteção, é, de acordo com a Lei em vigor, afastar as crianças e jovens do perigo, garantir a sua recuperação física e psicológica e proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

O acolhimento familiar é uma medida de proteção das crianças em perigo, de colocação, que implica a retirada da criança ou jovem do seu contexto natural de vida, à semelhança do que sucede com as outras duas medidas de colocação, o acolhimento residencial e a adoção.

4.1 OBJETIVOS, AMOSTRA E METODOLOGIA

O estudo procurou determinar se o acolhimento familiar constitui um contexto adequado para o desenvolvimento das crianças acolhidas e identificar um conjunto de vetores que estabelecessem critérios de qualidade para a sua implementação. O estudo circuncreveu-se em Portugal ao distrito do Porto.

Metodologicamente, os dados foram recolhidos numa abordagem mista: quantitativa, com a aplicação de uma grelha pelas equipas de acolhimento, a partir dos dossiers de todas as crianças acolhidas, num total de 289; com estratégias de perfil qualitativo, através da realização de entrevistas presenciais e individuais numa amostra de 52 famílias de acolhimento; e com a realização de duas sessões de grupos de discussão com os jovens acolhidos.

Relativamente à tipologia a investigação representa um EC único, de tipo incorporado, de acordo com a classificação de Yin (2001). O EC é incorporado porque abarca varias subunidades, selecionadas através de amostragem, no caso das entrevistas às famílias de acolhimento, ou técnicas de grupo, no que diz respeito aos grupos de discussão com as crianças e jovens. Trata-se de um caso revelador, que apresenta um fenómeno que não foi previamente estudado, deste modo, pela comunidade científica, apesar de não ser raro.

Foram abrangidos os casos de acolhimento familiar no âmbito de um processo de promoção e proteção, isto é, na sequência de uma intervenção administrativa ou judicial planificada.

O estudo foi dividido em três grandes fases: a primeira começou com a preparação de uma grelha que foi preenchida pelas equipas de acolhimento da Segurança Social, seguindo-se o seu tratamento estatístico; a segunda fase compreendeu a preparação do guião de entrevista, aplicado individualmente numa amostra sistemática de 52 famílias de acolhimento, tendo por base o critério do tempo de Acolhimento das crianças; a terceira fase compreendeu a realização de duas sessões com dois grupos de adolescentes: um com jovens dos 13 aos 15 anos; e outro com jovens com mais de 15 anos (CARVALHO, 2013).

A grelha de recolha de dados permitiu fazer a caracterização de cada criança e jovem acolhido, da sua família de origem e da família de acolhimento, assim como registar a sua evolução. As entrevistas às famílias de acolhimento permitiram obter o seu ponto de vista sobre a experiência, assim como sobre a evolução das crianças ao seu cuidado. Os diálogos estabelecidos concederam uma oportunidade aos acolhedores para fazerem uma reflexão sobre o seu grau de satisfação, o seu papel no processo, as relações estabelecidas e as dificuldades vividas, o desenvolvimento e os aspetos positivos do acolhimento.

Os dois grupos de discussão incluíram crianças e jovens com a idade e a maturidade necessárias para expressar livremente a sua

opinião sobre a experiência do acolhimento, abordando processos e algumas das questões mais controversas, nomeadamente os contactos com a família de origem, a permanência e o fim da estadia, a transição para a autonomia, a relação com os acolhedores e o seu percurso escolar. “Cada uma das sessões teve uma duração de 90 minutos, tendo por base um guião pré-construído, mas suficientemente flexível para não condicionar os discursos espontaneamente produzidos, acerca dos temas em discussão” (CARVALHO, 2013, p.44).

A escolha aleatória de jovens para participarem nos grupos focais baseou-se num critério cronológico, o facto de terem mais de 12 anos, de modo a garantir o seu entendimento e consentimento informado sobre o que estava em causa neste estudo; e o tempo de Acolhimento que, no grupo mais jovem, dos 13 aos 15 anos, varia entre 4 e 15 anos, e no grupo mais velho, com mais de 15 anos, entre 10 e 20 anos.

Para se realizar a análise dos dados recorreu-se ao programa PAWS Statistics 18. Neste âmbito, “foram utilizadas as medidas descritivas, como média, mediana, moda, desvio padrão, frequências absolutas e relativas, simples e acumuladas, etc., e os testes de inferência estatística ajustados, nomeadamente Qui-quadrado, Wilcoxon, Kolmogorov-Smirnov, etc., a cada situação específica de análise dos dados, os quais são referidos aquando da sua apresentação. O nível máximo de significância, nível de erro tipo I, admitido em todo este estudo foi de 5%” (CARVALHO, 2013, p.48).

As respostas obtidas nas questões abertas da grelha, nas entrevistas individuais e nas sessões com os grupos de discussão, foram objecto de diversas análises de conteúdo, a partir de categorizações previamente acordadas entre os investigadores.

4.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Relativamente às entrevistas, os acolhedores valorizam e avaliam a sua experiência

com o acolhimento familiar da seguinte forma (SOUSA, ALHEIRO, VIEIRA & CARVALHO, 2013):

- Indefinição e alguma falta de informação relativamente à duração prevista para a medida do acolhimento familiar;
- Preparação dos acolhedores deficitária uma vez que a maioria não recebe qualquer formação específica;
- Existência de muitas lacunas ao nível das informações prestadas aos acolhedores sobre as crianças a acolher, particularmente, sobre a sua história familiar e os seus antecedentes de saúde;
- Significativa percentagem de crianças que não tiveram qualquer preparação para esta nova etapa das suas vidas;
- Apesar de todos os aspetos referidos, a maioria (75%) avalia os resultados da sua experiência como família de acolhimento com êxito.

A razão para esta aparente contradição pode justificar-se pelo perfil dos acolhedores portugueses, que terão expectativas mais baixas em relação ao apoio e à sua participação efetiva no programa, em parceria com a equipa de Acolhimento. A sua intervenção está centrada na relação com a criança e a sua integração, revelando uma postura mais fechada no que diz respeito à relação com o exterior, quer com os serviços sociais, quer com a família de origem. Os resultados obtidos com a criança são gratificantes e geradores de uma enorme satisfação com o acolhimento, apesar do funcionamento irregular e com lapsos do sistema de proteção (DELGADO, LÓPEZ, CARVALHO & DO VALLE, 2015, p. 847). Para a maioria dos acolhedores (76,9%), o mais gratificante no acolhimento familiar é precisamente o comportamento da criança acolhida, tal como o seu desenvolvimento, a relação afetiva e o carinho recebido e a alegria da

criança, as recompensas para um trabalho exigente e difícil (SOUSA ET AL., 2013).

As principais implicações para a prática que resultam da análise e da interpretação dos dados apontam, na perspectiva de Sousa et al. (2013, p.112) para a necessidade “de um maior investimento na preparação prévia ao Acolhimento, tanto dos acolhedores como das crianças acolhidas; uma melhor definição dos prazos de duração da medida de acolhimento familiar; um reforço dos apoios prestados às famílias de acolhimento, designadamente, ao nível económico”.

A análise de conteúdo dos grupos focais permitiu retirar as seguintes conclusões (TIMÓTEO & ALHEIRO, 2013):

- A relação com a família de origem, concretamente com os pais, é avaliada tendencialmente pela negativa, exprimindo-se nomeadamente em críticas aos maus-tratos de que foram alvo; é o caso do testemumho de José, quando declara “o meu pai não o conheço e a minha mãe...falo com ela mas raramente, tipo, às vezes liga-me mas depois perdia o telemóvel e não tem cabeça, mas eu perdoo-lhe, claro, o que é que uma pessoa vai fazer?” (TIMÓTEO & ALHEIRO, 2013, p. 147);

- Avaliação positiva que os jovens fazem da relação com os acolhedores, que traduz um sentimento de bem-estar geral, de pertença a estas famílias e a perceção de apoio por parte dos acolhedores, A maioria dos jovens perspectiva continuar a viver com a família de acolhimento; A Maria, por exemplo, afirma que se acostumou à família de acolhimento, “porque dá-me os bens essenciais, dá-me o apoio, dá-me o carinho, tudo o que necessito. Até porque lhes chamo mesmo meus verdadeiros pais” (TIMÓTEO & ALHEIRO, 2013, p. 149);

- A necessidade de transmitir a sua opinião sobre várias questões do acolhimento familiar e desejar influenciar a tomada de decisões relativa a questões em que estão envolvidos. Os jovens desejam ter uma voz mais ativa seja na transição para o acolhimento familiar, seja na relação que

pretendem ter com os pais biológicos e com os irmãos biológicos, seja ainda nas sugestões de alteração na medida do acolhimento familiar. A título de exemplo refira-se a afirmação de Tânia, que “defende que devem ter direito a conhecer previamente a família de acolhimento, visitá-la algumas vezes e interagir com os seus membros de modo a conhecê-los e a dar-se a conhecer, começar a falar com elas, não é nada assim de específico, mas de vez quando estar juntas, começar a falar, começar a perceber, para se conhecerem... Eu acho importante falarem para se conhecerem e perceberem melhor” (TIMÓTEO & ALHEIRO, 2013, p. 144).

- A insegurança e instabilidade quanto ao futuro, e referente tanto ao futuro familiar como ao futuro escolar e profissional, surge relacionada com dificuldades na transição para a autonomia de vida, com a incerteza e insegurança quanto à retaguarda familiar futura com o fim do acolhimento familiar e ainda com a inexistência de direitos quanto aos bens patrimoniais da família de acolhimento.

- No que se refere ao acompanhamento por parte das equipas de acolhimento familiar, temos por um lado jovens que valorizam o seu apoio e acompanhamento, e por outro lado, outros jovens que criticam a ausência de contacto e a finalidade de alguns destes contactos.

Como principais implicações para a prática, Timóteo & Alheiro (2013, p.161) referem a importância de se investir na preparação das crianças e jovens “aquando da transição para as famílias de acolhimento e facilitar o acesso a informações sobre a nova situação familiar e sobre os novos contextos, nomeadamente quando esta transição se estende à escola; dar mais voz às crianças e ouvi-las em relação à sua situação de acolhimento familiar; acompanhar mais os jovens e dotar este acompanhamento de maior proximidade”.

CONCLUSÕES

Neste trabalho procurou-se definir e enquadrar o EC enquanto estratégia de investigação qualitativa, apresentando as suas características e as suas tipologias, a planificação da sua aplicação e as fases da sua realização.

O EC visa a singularidade do objeto de investigação, em detrimento da generalização, procura a profundidade nas interpretações pessoais e subjetivas dos agentes intervenientes; explora os dados, os detalhes dos acontecimentos, em vez das relações de causa-efeito que expliquem os seus resultados objetivos. Na opinião de Fortin (1999, p.165), o traço específico do EC “é a subtilidade com a qual é possível acumular dados sobre um caso particular”, como se comprova com a apresentação dos resultados do caso concreto descrito no ponto anterior. Este modo de proceder gera “uma descrição profunda e uma análise sistemática e intensiva de um determinado objeto de estudo, que possa pôr o leitor face ao que o investigador aprendeu no campo” (BOLÍVAR ET AL., 2001, p.260).

A descrição do estudo do programa de acolhimento familiar no distrito do Porto, em Portugal, procurou exemplificar a aplicação concreta, no terreno, desta estratégia. Destacámos o seu desenho, a tipologia que assumiu, o trabalho de campo realizado, as opções metodológicas e a triangulação efetuada, assim como a análise dos dados e a redação do texto de apresentação dos resultados, com a transcrição de excertos do texto entretanto publicado. Espera-se que esta diversidade de dados tenha permitido descrever a complexidade do processo e possibilitado a compreensão dos desafios que se colocam à realização de um EC que, neste caso, apresenta e reflete os pontos de vista dos atores sobre o acolhimento familiar, enquanto programa de proteção das crianças e jovens em perigo.

REFERÊNCIAS

- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOLÍVAR, A.; DOMINGO, J.; FERNÁNDEZ, M. *A investigação biográfico-narrativa em educação. Enfoque e metodología*. Madrid: A Murala, 2001.
- BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desarrollo humano: experimientos naturales e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- _____. *Making humans beings human*. London: Sage Publications, 2005.
- CARIDE, J.; MEIRA, P. *A perspectiva ecológica: referências para o conhecimento e a praxis educativa*. In CARVALHO, A. (Org.), *Novas Metodologias em educação* (pp. 135-170). Porto: Porto Editora, 1995.
- CARMO, H.; FERREIRA, M. *Metodologia da Investigação*. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.
- CARVALHO, J. *Objetivos e metodologias*. In P. DELGADO (Coord.), *Acolhimento Familiar de Crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro* (pp. 43-48). Porto: Livpsic, 2013.
- COUTINHO, C.; CHAVES, J. *O estudo de caso na investigação em tecnologia educativa em Portugal*. *Revista Portuguesa de Educação*, 15(1), 2002.
- DELGADO, P. (Coord.). *Acolhimento Familiar de Crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro*. Porto: Livpsic, 2013.
- DELGADO, P.; LÓPEZ, M.; CARVALHO, J.; DO VALLE, J. *Acolhimento familiar nos países do Sul da Europa. Uma investigação comparada sobre a satisfação dos acolhedores*. *Psicologia Reflexão & Crítica*, Vol. 28, n.º4, 2015. – DOI: 10.1590/1678-7153.201528423.
- DUARTE, J. *Estudos de caso em educação. Investigação em profundidade com recursos*

reduzidos e outro modo de generalização. Revista Lusófona de Educação, 11, 2008.

FLICK, U. *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor, 2005.

FORTIN, M. *O processo de investigação*. Loures: Lusociência, 1999.

GUILLHAM, B. *Case stude research methods*. London: Comtinuum, 2000.

HANCOCK, D.; ALGOZZINE, B. *Doing Case Stude Research. A practical guide for beginning researchers*. New York: Teachers College Press, 2017.

MARTINS, G.; DIAS, N.; CARVALHO, L. *Adaptação de um Instrumento de Escolha Profissional: Estudo de Caso com um Adolescente com Síndrome de Down*. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. São Paulo, v.14, n.1, 2014.

MATOS, F.; MESQUITA, R.; BAPTISTA, M.; MACHADO, D. *Estudo de Caso como Pesquisa Qualitativa em Gestão: Análise a partir da ISI Web of Science*. 5.º Congresso Ibero-Americano de Investigação Qualitativa, Volume 3, 2016.

MEIRINHOS, M.; OSÓRIO, A. *O estudo de caso como estratégia de investigação em educação*. EDUSER: Revista de Educação, vol. 2 (2), 2010.

MERRIAM, S. B. *Qualitative research and case stude applications in education*. San Francisco: Jossee-Bass, 1998.

MESQUITA, R.; MATOS, F. *Pesquisa qualitativa e estudos organizacionais: história, abordagens e*

perspectivas futuras. In IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração (pp.1-14). Florianópolis: s.n., 2014.

PARDAL, L., & LOPES, E. *Métodos e técnicas de investigação social*. Maia: Areal, 2011.

PAYNE, M. *Modern Social Work Theory*. London: Macmilan, 2005.

STAKE, R. *Investigação com estudo de casos*. Madrid: Morata, 1998.

SOUSA, A.; ALHEIRO, A.; VIEIRA, I.; CARVALHO, J. *A perspetiva dos acolhedores*. In P. DELGADO (Coord.), *Acolhimento Familiar de Crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro* (pp. 113-140). Porto: Livpsic, 2013.

STENHOUSE, L. *O professor como tema de investigação e desenvolvimento*. Revista de Educação, 269, 43-53, 1985.

THOMAS, G. *How to do your case study*. California: Sage Publications, 2011.

TIMÓTEO, I.; ALHEIRO, A. *A perspetiva das crianças acolhidas*. In P. DELGADO (Coord.), *Acolhimento Familiar de Crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro* (pp. 141-162). Porto: Livpsic, 2013.

YAZAN, B. *Três abordagens do método de estudo de caso em educação: Yin, Merriam e Stake*. Meta: Avaliação, v.8, n. 22, 2016.

YIN, R. *Estudo de caso. Planejamemto e métodos*. São Paulo: Artmed Editora, 2001.